



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681017 - TO (2021/0224137-8)

**RELATOR** : MINISTRO FELIX FISCHER  
**IMPETRANTE** : ELZA DA SILVA LEITE  
**ADVOGADO** : ELZA DA SILVA LEITE - TO005302  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS  
**PACIENTE** : MARLEONE SILVA RIBEIRO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARLEONE SILVA RIBEIRO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (00122587820208272729).

O paciente foi preso no dia 3/2/2020, pela suposta prática do crime disposto no art. 2º da Lei n. 12.850/2013, qual seja organização criminosa. Desde então, encontra-se recolhido na Casa de Prisão Provisória da Comarca de Palmas.

A impetrante sustenta a ilegalidade da manutenção da prisão preventiva por grave excesso de prazo na conclusão da ação penal, pois o paciente está privado de sua liberdade há mais de 1 ano e 4 meses, sem previsão de data da audiência instrutória e julgamento, o que implica constrangimento ilegal.

Requer, liminarmente, o deferimento da medida de urgência, por estar evidente o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, a fim de se revogar de imediato a prisão preventiva decretada, expedindo de imediato alvará de soltura em favor do Paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que, revogada a prisão preventiva, seja dado prosseguimento ao feito.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 16 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente